



ATA da 96ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

28 de novembro de 2014 – 9h

Expediente:

I. Sugestão de Inclusão de Pauta

Ordem do dia:

- I. Apreciação e deliberação sobre Nova Contratação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Sítio Morrinhos (PA nº 2014-0.310.496-0) Valor de R\$ R\$ 1.605.655,76 (sendo R\$ 66.902,32 para o exercício de 2014 e o restante para 2015);
- II. Apreciação e deliberação sobre Nova Contratação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Chácara do Jockey (PA nº 2014-0.310.474-0) Valor de R\$ R\$ 2.972.416,06 (sendo R\$ 123.850,67 para o exercício de 2014 e o restante para 2015);
- III. Apreciação e deliberação sobre Nova Contratação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Feitiço da Vila (PA nº 2014-0.310.495-2) Valor de R\$ R\$ 2.042.220,12 (sendo R\$ 85.092,51 para o exercício de 2014 e o restante para 2015);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Toronto (PA nº 2012-0.266.231-1) Valor Total: R\$ 375.539,24;
- V. Apreciação e deliberação sobre Nova Contratação de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Grupo Chácara do Jockey (PA nº 2014-0.316.631-1) Valor R\$ 4.338.587,53 (sendo R\$ 361.548,96 para o presente exercício e o restante para 2015);
- VI. Apreciação e deliberação para Atender os pagamentos de medições não liquidadas de agosto de 2014 e as demais até o termino do contrato a vencer em 15/12/2014, referente a manutenção e manejo do Grupo de Parques Pinheirinho (PA nº 2012.0.330.054-5);
- VII. Apreciação e deliberação para Regularização da Prorrogação contratual dos serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera. Valor R\$



1.918.374,46 (R\$ 426.305,42 para o exercício de 2014, sendo R\$ 369.255,46 para o principal e R\$ 57.049,96 para o reajuste e R\$ 1.492.069,04 para 2015 sendo R\$ 1.292.394,14 e R\$ 199.674,90 para reajuste de 2015) (PA 2012-0.328.921-5).

Anexos:

- Parecer Técnico – processo nº. 2014-0.310.496-0 - Nova Contratação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Sítio Morrinhos
- Parecer Técnico – processo nº. 2014-0.310.474-0 - Nova Contratação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Chácara do Jockey
- Parecer Técnico – processo nº. 2014-0.310.495-2 - Nova Contratação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Feitiço da Vila
- Parecer Técnico – processo nº. 2012-0.266.231-1 - Prorrogação Contratual dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Toronto.
- Parecer Técnico – processo nº. 2014-0.316.631-1 – Nova Contratação dos Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Grupo Chácara do Jockey.
- Parecer Técnico – processo nº. 2012-0.330.054-5 – Atender os pagamentos de medições não liquidadas de agosto de 2014 do Grupo de Parques Pinheirinho.
- Parecer Técnico – processo nº. 2012-0.328.921-5 – Regularização da Prorrogação contratual dos serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera.



Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Daremos início então, à 96ª reunião plenária ordinária, dia 28/11/2014, às 9h00. Eu só queria informar que o Secretário Adjunto está a caminho. Ficou preso no trânsito, mas está chegando, e ele pediu que nós déssemos encaminhamento à reunião, mas ele já está bem próximo. Então a gente vai dar início pelo expediente. E eu pergunto aos Conselheiros se alguém gostaria de fazer alguma inclusão de pauta. Inversão de pauta? Pode ser. Conselheira Cristina, qual que é o item que você gostaria de inverter?

Cons. Cristina Antunes: Bom dia. Cristina Antunes, da SAJAP. Esse meu problema de ter que sair cedo, Rubens, eu pediria que todos os processos que vão pedir verba para manejo sejam deixados para o fim. E os outros, invertidos, entendeu? Para a gente falar primeiro. Nem olhei... Já tem. Logo a primeira é manejo. Manejo. Manejo. E aí tem três itens que é nova contratação, o item 5. Pagamento de medições não liquidadas, item 6. E o 7, regularização da prorrogação. Então eu acho que se for possível inverter... Porque os de manejo, eu voto contra, e sou sempre voto vencido. Eu vou ter que sair 10h30, hoje. Mais cedo, um pouco. Obrigada.

Cons. Sônia: Rubens, nós havíamos combinado de fazer uma rápida atualização de números a cada reunião, pelo menos nas ordinárias. Então, se pudesse fazer esse...

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente pode começar rapidamente pela apresentação... essa apresentação do orçamento. A equipe da Conselheira Sandra, de DAF, já providenciou alguma coisa. Então eu não sei se é a Laressa que vai apresentar. Então a gente começa pela apresentação da Laressa, em seguida a gente já entra no expediente da nossa pauta. Conselheiro Azoni.

Cons. Alessandro Azoni: Azoni, do CADES. Na semana passada, teve reunião do FEMA, eu estive com... fui chamado para conversar com a chefe de gabinete. Ela me falou que nós receberíamos toda... antes da reunião, as planilhas atualizadas, inclusive, ela fez um novo desenho que ela falou, pelo menos para a gente poder acompanhar. Eu não tenho recebido nada disso. Ela falou assim: vocês não estão recebendo? Eu falei: eu não recebi. E ela falou assim: não, mas já era para estar mandando. Então quer dizer, não é para a gente só chegar aqui e tomar o susto aqui. Era para a gente já estar recebendo antes. Ela falou bem claro. Ela deixou bem claro isso para mim.

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Eu não conversei com ela. Na verdade, eu estou voltando de férias. Então eu não tive oportunidade, ainda, de conversar com a chefe de gabinete.

Cons. Alessandro Azoni: Como que a gente vai analisar esses valores que estão colocados hoje aqui, se eu não sei nem como está ali.

Secretário Executivo Rubens Borges: Mas aí então, a gente se compromete de mandar... Sandra, é possível a gente mandar uns dias antes, a...
(colocação fora do microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Então a gente vai tentar atender essa demanda, e mandar as planilhas com antecedência. Nas reuniões ordinárias. Porque a gente tem um prazo maior. Porque as extraordinárias, normalmente, elas acontecem em cima da hora. Então eu passo a palavra para a Laressa, que vai apresentar os números do orçamento.

Laressa: Bom dia a todos. Laressa, DAF 1. Bom, nós fizemos um resumo bem simplificado de qual a posição, hoje, do FEMA, tanto financeira quanto orçamentária. Dá para todo mundo poder ver? Bom, o que nós tentamos simplificar, para poder ficar algo sucinto, e todo mundo conseguir compreender? Nós distribuimos todas as receitas do FEMA pelas receitas carimbadas e as receitas que são correntes diversas, que são para utilização, de modo geral, para cobrir o FEMA. Então, por exemplo, no Crédito de Carbono. Nós começamos o ano em 31 de dezembro, com 8,6 milhões aproximadamente. Nós tivemos uma quantidade de empenho de 6 milhões. Pagamos, até o momento, 5. E temos atualmente, um saldo, mais ou menos, de 3,7 milhões, porque nós tivemos, além das despesas, teve alguns rendimentos. Então por isso a diferença dos valores. Então hoje, em conta corrente, de



Crédito de Carbono, nós temos 3,3 milhões, aproximadamente. Que podem ser utilizados para o ano que vem. No caso, as receitas diversas, nós temos as receitas que foram oriundas de preços públicos, e também o nosso saldo acumulado da arrecadação da inspeção veicular. Começamos o ano com 142 milhões. Nós empenhamos, sobre receitas correntes, isso inclui manejo, vigilância, obras, todo o contexto do FEMA, em torno de 111 milhões. Pagamos até o momento, 68. E temos um saldo ainda, de 128 milhões de receitas correntes. Só que nós temos uma previsão de pagamento ainda, de 66 milhões, dos empenhos que ainda vão ser liquidados. E para o ano que vem, nós teríamos então, um saldo disponível, em média, de 62 milhões, que podem ser alterados por conta de medições, rendimentos de conta corrente. E o Termo de Compensação Ambiental, o TCA, nós entramos o ano com 62 milhões. Não utilizamos nada até o momento, porque não houve deliberação. E temos um saldo bancário de 88, devido a entradas ao longo do ano. Então para o ano que vem está totalmente disponível, os 88. Porque nada ocorreu dentro de Termo de Compensação Ambiental. Então resumidamente, para o ano que vem, com todas as receitas, nós temos, em média, 153 milhões que podem ser aplicados dentro de cada competência, das suas receitas carimbadas, e das diversas.

Cons. Sônia: Posso fazer uma pergunta?

Laressa: Pode.

Cons. Sônia: Por que o saldo bancário de referência é de 13 de dezembro de 2013?

Laressa: 31 de dezembro. Porque nós começamos... A Sandra quer a palavra.

Cons. Sandra: Sandra, do DAF. Fui eu que pedi para ela fazer desse jeito, Sônia, porque é assim: se fosse demonstrar, realmente, assim, o que estava acontecendo, de repente, assim, saldo inicial, 3 milhões, por exemplo, Crédito de Carbono, 3 milhões e alguma coisa. Empenhados, 6, pago 5, o pessoal ia falar: mas como, se tem 3, vocês empenharam 6... Então, na realidade, eu pedi assim: para mostrar toda essa demonstração, essa movimentação que teve durante o ano, quanto nós tínhamos de saldo no começo? Era isso. Aplicação, entrada, tal. Foi esse valor inicial que veio... ou veio sendo acrescido, ou veio só ele. Porque eu olhei, eu achei estranho. Falei: como, tem 3. Imagina vocês, que não costumam lidar com a execução. Falar assim, 3, empenhado 6? Vocês estão gastando mais do que... Fui eu que pedi para fazer essa alteração.

Laressa: Só ressaltando, gente, que esse valor em 31 de dezembro, e até mesmo o de agora, é o acumulado de todos os anos do FEMA, tirando as suas despesas e rendimentos. Então é o acumulado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheiro Azoni?

Cons. Alessandro Azoni: Azoni, do CADES. Só para eu entender aqui. Esses 88 do Termo de Compensação Ambiental, ele é carimbado. Ele só pode ser utilizado para desapropriação. Só desapropriação. Então, praticamente, nós não podemos contar, se não for um projeto de desapropriação, isso?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Corrigindo. Tem uma resolução deste Conselho, eu não lembro o número dela, agora, mas tem uma resolução que amplia as atividades que podem ser utilizados esses recursos. Inclusive, cercamento, drenagem, uma série de outros, que foram aprovados por este Conselho.

Cons. Alessandro Azoni: Para esses contratos de ma nejo e segurança, não.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Para manejo e segurança, não. É só para atividades específicas.

Cons. Alessandro Azoni: É somente nas receitas diversas.

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso. Então só as receitas diversas é que podem ser utilizadas para despesas... (incompreensível).

Cons. Alessandro Azoni: Não. Tudo bem. Só para a gente poder fazer o...

Laressa: E o Crédito de Carbono as regiões que podem ser dos aterros. São João e o Bandeirantes.

Cons. Alessandro Azoni: Está certo. Obrigado.



Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, SAJAP. São três grandes itens que vocês colocaram. Crédito de Carbono, TCA, e receitas diversas correntes. Eu pergunto se no ano que vem vai continuar usando desse recurso para fazer manejo e manutenção de praça e parque, ou se vão seguir a recomendação que a própria CAV mandou, que a partir do ano que vem não se use mais esse dinheiro para esse fim. Eu quero agradecer aqui, fazendo um parêntesis, que eu pedi na reunião anterior, uma cópia do parecer aqui do jurídico, e eu agradeço à Lourdinha que me trouxe esse parecer, e fala que não só o jurídico, como também o Tribunal de Contas, entende que não pode usar esse dinheiro para manejo. Para manutenção, que tem que ser com dinheiro de orçamento. Então eu quero saber, antecipadamente, se essa reserva, onde é que entrará aqui. Porque, pelo que eu vejo aqui, não poderia entrar. Nesses três itens, não poderia entrar. Isso para mim, é uma luzinha verde, que não vamos mais usar dinheiro do fundo para fazer despesa de orçamento?

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheiro Pedro acho que tem mais informações a respeito.

Cons. Pedro: Pedro, Conselheiro pela Secretaria de Orçamento, Planejamento e Gestão. Só esclarecendo, primeiro, uma coisa importante. O dinheiro do FEMA é parte do orçamento da prefeitura. Então se a gente olhar a lei orçamentária anual que está na Câmara, as despesas do Fundo Especial de Meio Ambiente aparecem lá como um dos órgãos da prefeitura. São receitas arrecadadas pela prefeitura, e fazem parte do orçamento municipal. Em relação ao gasto com manutenção, manejo de parques, existe, sim, uma previsão na peça orçamentária que foi enviada para a Câmara, para 2015, de uso, de recursos do FEMA para continuação da manutenção e manejo dos parques. Isso se faz necessário por conta das fortes restrições que o município tem na sua fonte-tesouro. Restrições de arrecadação, que mesmo com as boas notícias que a gente teve aí esses dias, as restrições não são totalmente esperadas. Então é necessário usar ainda uma parte do recurso do FEMA para manutenção e manejo. É o mesmo tamanho que a gente usou esse ano? Não. Tem uma redução na previsão de uso do recurso do FEMA, mesmo porque a gente não vai ter, como a gente está vendo aqui, o mesmo saldo para o ano que vem, para que o FEMA consiga acomodar todas essas despesas. Então ano que vem vai ter um aumento da fonte 00, que é a fonte tesouro municipal, para cobrir essas despesas. E sim, usando um pedaço do recurso do FEMA. Eu não tenho os números exatos aqui. Mas de repente, poderia ser alguma pauta para a próxima reunião, apresentar... Acredito que já vai... Ou então, quando for aprovado o orçamento na Câmara, a gente podia trazer aqui para apresentar.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, SAJAP. Olha, eu preciso dar uma informação aqui para os membros do Conselho. Já antecipei para a Lourdinha, para que não se diga depois, que eu estou trabalhando por trás, por debaixo do pano. Eu passei este ano e meio inteiro questionando esse uso, com base no primeiro parecer, que eu vi no primeiro projeto do jurídico aqui da Secretaria, que entende que não se aplica. Eu vou ler só esse pedaço. Eles falam todos os objetivos do FEMA, tudo o que pode ser usado com o FEMA, e ele fala... não vou ler tudo, mas assim, não se menciona, portanto, despesas de manutenção de parques públicos com os recursos do FEMA. Então ainda que esteja... possa ser incluído no orçamento, não é para manutenção de parques. E ali diz assim: parece-nos evidente que a manutenção dos parques públicos constitui despesa corrente da administração municipal, tanto que há um elemento de despesa com dotação própria, no orçamento da Secretaria, para essa finalidade. Isso daqui é corroborado pelo Tribunal de Contas. E eu estive no Ministério Público, com a doutora Cláudia. Ela entende como eu, como a minha entidade entende. Que eu fui com outro diretor. Que a Secretaria está infringindo uma regra, ao usar esse dinheiro para manejo de parque. E ela encaminhou esse meu auto de declaração, que eu estou informando aqui, já falei na reunião anterior, um termo de declaração que eu formalizei lá no Ministério Público. Ela encaminhou para a promotoria de patrimônio. Então isso daqui, não estou... não é nenhuma novidade. Eu estou falando isso há um ano e meio,



só que agora, o nosso mandato termina em junho, e eu, por decisão da diretoria da minha entidade, a gente entendeu que tinha que formalizar isso em outra instância, porque aqui está mais do que formalizado. A gente está resguardada, porque, inclusive, eu pedi para fazer votação nominal. Mas não somos só nós que estamos entendendo que tem o vício de interpretação que está acarretando um prejuízo para o Fundo. O Fundo não existe para esse fim. Então se vocês já estão prevendo que ano que vem vão continuar tirando dinheiro desse fundo, isso daqui está incidindo novamente no que o Ministério Público entende como uma irregularidade no uso do recurso do fundo. E isso daqui, quando ela me pediu esse documento, eu não tinha. Vou encaminhar para ela agora também, porque ela me perguntou: você tem esse documento? O parecer da Secretaria? Falei assim: não. Não tenho. A PGM, na verdade, é formada por profissionais indicados pelo governo. Então vota com o governo. Vota atendendo só interesses do governo. Um fundo público é do povo. É público. Imposto a gente paga para ser usado pelo governo. O fundo público é para uso para interesse da população. Não é para resolver problemas de orçamento. Eu estou me repetindo. Mas eu só quis deixar claro que essa providência foi tomada, informando aos Conselheiros e a coordenação toda do fundo, para que não pareça que a gente está fazendo alguma coisa por baixo do pano, que vocês sabem que a gente não faz. Eu queria, se for possível, fazer uma nova inversão. Não sei se ainda tem algum assunto nesse item. Porque eu esqueci de pedir como pauta as respostas que eu solicitei na outra semana. E essa daqui era uma. Então eu estou registrando que essa eu já recebi. Se a gente já pode passar para incluir isso daqui. Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Está ok. Acho que não tem mais nenhuma informação. Então do orçamento, acho que está ok. Se os Conselheiros concordarem, a gente pode responder os questionamentos, e em seguida, já entrar na votação dos projetos que estão sendo apresentados.

Cons. Sônia: Eu posso só fazer um pedido para a próxima... Qual é a próxima ordinária que a gente tem?

Secretário Executivo Rubens Borges: A próxima ordinária é dia 19. Mas é possível que a gente tenha necessidade de uma extraordinária, dependendo da demanda do DEPAVE, de DAF. Eu não sei como é que estão as coisas em DEPAVE.

Cons. Sônia: Seria possível a gente fazer, para a próxima ordinária, para finalizar o ano, uma apresentação de todas as verbas que a gente aprovou, das que foram utilizadas, as que não foram utilizadas. A Sandra até me mostrou que ela tem essa coisa já tabulada. Então se a gente pudesse entender essa dinâmica, eu agradeceria.

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente tem, Sandra, como apresentar isso para a próxima?

Cons. Sandra: Oi, Sandra, de DAF. É. Na realidade, nós já temos isso aí. Já foi uma vez... Nós já demos uma cópia, já apresentamos, mas isso aqui, como muda no dia a dia, na realidade, eu trouxe, porque havia uma pergunta da Sônia com relação ao Alfredo Volpi, e eu trouxe, na realidade, até para esclarecer melhor, o porquê. Porque lá, na realidade, é assim: Alfredo Volpi, eu posso aproveitar até... No caso, ele era feito pelo Grupo Leste. A vigilância do grupo. Só que a empresa faliu em abril. Então ela falou assim: mas nós tínhamos resoluções para sustentar esse contrato à época, e agora nós aprovamos novamente. Então eu emiti o relatório, na realidade, para mostrar para ela o que é feito com o saldo, entre aspas, das resoluções, nesse caso, por exemplo, que a empresa faliu. Então eu tenho cópia aqui. Se quiser, também eu já posso dar. Mas eu trouxe, especificamente, pode ser do conhecimento de todos, o controle que é feito, e o cancelamento, como é... ele é somado. Por isso que a gente tem o controle do que é aprovado, do que é efetivamente utilizado, e o cancelado, nesse caso, especificamente, porque a empresa faliu. Para mim, eu tenho aqui também. Não tem problema nenhum. A gente pode até passar para todos, sem problema nenhum.



Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então, atendendo ao pedido da Cristina Antunes, eu tenho aqui elencado, a Lourdinha me passou aqui os questionamentos da última reunião, então eu vou aqui, por item. Um dos questionamentos da Conselheira Cristina era com relação ao projeto de drenagem da subprefeitura de Santo Amaro. O processo veio para cá. Aí ele voltou para a subprefeitura acho que dia 7, dia 8, mais ou menos. E aí, por conta do questionamento, a gente pediu novamente o processo para a subprefeitura de Santo Amaro. O processo se encontra no DPP para análise. Então a gente vai submeter à Comissão de Avaliação, para depois trazer para o Conselho. Outro questionamento da Conselheira Cristina era com relação à apresentação que foi feita há duas reuniões atrás, se eu não me engano, de um projeto de implantação de hidrovias, na represa Billings, em que o Secretário trouxe um representante de uma empresa para falar sobre o projeto. E o questionamento, me parece que era assim: quanto vai ser utilizado de recursos do FEMA para esse projeto? Era isso, Cristina?

Cons. Cristina Antunes: Não. Na verdade, o meu estranhamento de porque vem uma empresa fazer uma apresentação, se não está usando recurso do FEMA, nem vai pedir recursos do FEMA.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, na verdade, o que eu lembro que o Secretário nos apresentou, é que era um projeto que não vai apresentar custos para a prefeitura. Não vai ter utilização de recursos em especial do FEMA, mas que se trata de uma parceria público/privada. E como esse assunto já havia sido tratado anteriormente, e a Secretaria de Transporte tinha mandado uma proposta em um formato que utilizaria recursos do FEMA, e agora está sendo apresentado em um novo formato, então o Secretário entendeu que deveria trazer essa apresentação com essa nova configuração. Então não tem assim, interesse nenhum em especial, e tampouco foi solicitado qualquer recurso do FEMA até esse momento. Com relação à prestação de contas de ciclovias, ecopontos e as redes de trólebus, que a Conselheira Cristina também tinha falado que as Secretarias deveriam apresentar uma prestação de contas, não é isso?

Cons. Cristina Antunes: Não. Era acompanhamento da execução dos projetos. A prestação de contas, imagino que seja feita. Mas é acompanhamento. E aí, esse propósito, o Ricardo chegou, porque eu quero mostrar, além do que já saiu na mídia, isso daqui não vai dar para vocês verem, mas é uma enchente causada por uma ciclovia que foi feita em um local inadequado, e que está causando um prejuízo enorme para os moradores, que vão entrar na justiça, contra a prefeitura, que está usando dinheiro do FEMA. A Secretaria que está usando dinheiro do FEMA. E a gente viu, eu comentei isso na outra reunião, que agora, pintaram a faixa lá da Vila Boim. Quer dizer, está sendo feito trabalho... Estão sendo malfeitos, alguns trabalhos, sem projeto. Estão sendo refeitos, usando dinheiro do FEMA. Dez milhões vieram do FEMA. E eu solicitei que a gente chame novamente a CET aqui, para justificar isso daqui. Nós temos tido reuniões. Então eu não estou tirando isso do bolso, não. Nós temos tido reuniões com a equipe da CET, e finalmente, eles estão aceitando a hipótese de analisar os projetos antes de começar a executar. Porque eles estão fazendo atabalhoadamente, porque têm que fazer 200 km até o final do ano. Então eu peço, reitero isso daqui. Infelizmente, dia 18 eu não vou estar aqui. Mas reitero isso, se pusessem uma extraordinária antes disso, Rubens. Porque eu entendo que eles têm obrigação de dizer porque estão fazendo essas trapalhadas, para dizer o mínimo. Está certo?

Secretário Executivo Rubens Borges: A Lourdinha já entrou em contato com os representantes da Secretaria de Transportes, inclusive Serviços, por conta dos ecopontos, e a gente vai trazer então, as pessoas responsáveis, no caso, a Júlia. A gente conversou com a Júlia de AMLURB, e estamos conversando com o pessoal da Suzana, para trazer as informações sobre as ciclovias. Então, até o momento, a gente não tem essa informação.

Cons. Cristina Antunes: Então, Rubens, só para justificar, a minha pergunta era: quem acompanha a execução dos projetos? Como acompanham, por exemplo, quando é edital para a sociedade civil?



Secretário Executivo Rubens Borges: Outro item é com relação à compra do Parque do Jóquei. Por que a verba não foi utilizada? Isso já foi discutido. A chefe de gabinete já explicou que existe uma negociação com o Jóquei, por conta de tributos atrasados, e tal. Eu não sei se a Sandra tem alguma informação adicional. Mas a Laura, nossa chefe de gabinete, já tratou do assunto e já explicou porque não tinham sido utilizados os recursos do FEMA, embora tivesse passado por aqui, a proposta de aprovação. Sandra, por favor.

Cons. Sandra: Sandra, de DAF. É, realmente foi isso. Passou por aqui, o recurso não chegou a sair do FEMA. Houve uma negociação a nível do Secretário. A chefe de gabinete com o tesouro, e eles houveram, por bem, utilizar recursos do Tesouro, até para não exaurir os recursos do FEMA. E ficou, e saiu pelo Tesouro Municipal, e os recursos permaneceram aqui. Mas é realmente... Houve uma negociação do Secretário, junto ao pessoal lá do... não sei agora, do gabinete, do prefeito, ou alguma coisa assim. Mas houve a negociação, até porque, conseguiram os recursos pelo Tesouro Municipal, e nós não tivemos que repassar os recursos para fazer a ação de emissão de posse do Jóquei. E foi feito com recurso municipal. E permaneceu o recurso no FEMA. Isso é o que eu posso falar.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, da SAJAP. Aquela história toda do Jóquei foi muito enrolada. Foi muito enrolada. A gente cansou de discutir aqui, por que não faz simplesmente um acerto de contas com a dívida que o Jóquei tem? Aí os esclarecimentos, eu devo confessar que para mim, ficaram muito nebulosos à época. Porque não, porque para fazer com recurso do... com a dívida, tem que ter um outro procedimento. Veio uma pessoa aqui para esclarecer isso. Enfim, o fato é que a gente não tinha dinheiro. Foi uma manobra feita para trazer dinheiro da Habitação, o projeto dos mananciais... Isso foi dito para a gente aqui. Um projeto dos mananciais só ia fazer um by-pass aqui pelo FEMA, e ia para lá. Portanto, ia entrar e sair. Agora, a informação que a gente teve é que ficou no FEMA. Então nós temos, no nosso fundo, recursos que eram da Habitação. E que só iam ser usados para fazer essa legitimação, de que era por um objetivo ambiental. Foi isso que foi dito para a gente àquela época, porque não tinha dinheiro do fundo para aquilo. Não tinha mesmo. Eram 68 milhões, 63 milhões. Em um valor que a gente, durante a reunião, a gente questionou dizendo: bom, mas daí, esse valor está fechado? Não. Pode ter uma mudança, tal. No dia seguinte o Eduardo Rocha Azevedo estava no jornal, dizendo que o valor era o dobro. Então foi tudo muito enrolado nessa história do Jóquei. Para mim isso aqui, definitivamente, não está claro. E mais: o dinheiro não era nosso. Como é que ficou no nosso fundo agora?

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Bom dia a todos e a todas. Quero me desculpar pelo atraso. O Secretário Vanderlei Meira... desculpa. Eu sou Ricardo Brandão, Secretário em Exercício. O Secretário Vanderlei Meira está em Santiago, representando o prefeito na Conferência da SEPAO. E eu fui representa-lo, agora, em outro evento. Por isso cheguei um pouco atrasado. Sobre esse ponto, Cristina, o representante está aqui, o Pedro, vai colocar em detalhes, mas só para entender: a questão do Jóquei é uma demanda de mais de dez anos. Era uma demanda de mais de dez anos. E o que houve, na realidade, foi um que fala da ação em pagamento. Quer dizer, houve uma dívida acumulada ao longo dos anos pelo não-pagamento de impostos do Jóquei Club, e essa dívida foi se acumulando, e agora houve uma "troca" do ativo imobiliário do que o Jóquei possuía, que é a Chácara do Jóquei, pelo "perdão", pelo "perdão" dessa dívida. Então eu desconheço completamente o que você colocou agora, de Habitação. Nunca ouvi falar nisso aqui dentro, nos últimos 8 meses que eu estou aqui. Em nenhum momento foi colocada a Habitação. O que houve, sim, foi uma dúvida se seriam utilizados recursos do FEMA ou não. Então o que houve, na realidade, foi um acerto de contas. Se SEMPLA puder detalhar.

Pedro: Pedro, SEMPLA. Não. Na verdade, era exatamente isso que eu ia explicar. Havia uma intenção em um primeiro momento de, para fazer esse ajuste de contas, utilizar os recursos do FEMA. Não é que ia entrar recurso novo. A ideia era usar o recurso, inclusive aquele recurso que a gente olhou, que estava disponível do TCA. Isso foi em um primeiro momento. Mas aí, até motivado aqui pelos questionamentos dos Conselheiros, os



Secretários colocaram a demanda na JOF, de que fosse utilizado o recurso do tesouro, e a JOF, que é a Junta Orçamentária Financeira, entendeu, por bem, utilizar os recursos do tesouro para fazer o ajuste de contas. De que isso seria melhor do que utilizar o recurso do FEMA, e é o que foi feito. Não teve novo recurso que entrou. Essa história de Habitação também, nunca... Não... Primeira vez que eu estou ouvindo.

Cons. Cristina Antunes: Eu vou pedir a gravação. Porque isso foi dito na reunião. E eu reiterarei a nossa posição de entender que não tinha cabimento fazer a transação com toda essa manobra, e defendemos assim, insistentemente, que fosse feito isso, que finalmente foi feito. Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ok. Então está anotado aqui, a solicitação. A gravação talvez, em meio digital, a gente não tenha, mas as atas são todas publicadas em Diário Oficial, então a gente vai localizar qual é a ata, de qual reunião, e a gente passa para você, por e-mail.

Cons. Sônia: Só aproveitando o assunto Jóquei, porque a gente tem algumas coisas que são relacionadas ao Parque do Jóquei hoje, aqui na pauta, o termo de posse foi definido, é de posse da prefeitura, já, o Parque do Jóquei? Porque teve um problema aí nessa... Porque tinha habitação, então...

Secretário Executivo Rubens Borges: Maria Rosa, por favor.

Maria Rosa: Bom dia. Maria Rosa, de DEPLAN. O Jóquei teve a emissão na posse no dia 18 de novembro. Eu estava presente. A equipe de DEPLAN, foi realmente o oficial de justiça, e também o doutor Rodrigo de DESAP. Então a Chácara do Jóquei já é da municipalidade.

Cons. Sônia: Ai, que boa notícia. Porque o que a gente soube é que na data que estava previsto, o oficial de justiça chegou lá e não conseguiu fazer, porque ainda tinha gente morando no terreno, alguma coisa assim. Eu queria até um esclarecimento.

Maria Rosa: Eram moradores da própria Chácara do Jóquei há muitos anos. Então eles foram saindo aos poucos, com prazo determinado. Mas o último... Teve algum probleminha que deixamos... foi para outra data. E já está com a emissão na posse.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então, o outro item era prestação de contas, que já foi atendido. Eu acho que então a demanda está totalmente atendida. Mais alguma coisa?

Cons. Cristina Antunes: Cristina, SAJAP. Tem mais uma que eu pedi, para saber como é que está a licitação do contrato de vigilância do Cordeiro. E hoje me surpreendeu, vi já aprovar a licitação para o Jóquei... nada contra o Parque do Jóquei, mas nós estamos esperando desde maio. Certo? Eu quero saber porque essa inversão de prioridades. Já falei isso na outra semana, porque de repente atenderam... saiu uma... saiu a contratação para um parque na zona leste, e a gente... e que ficou sem contrato na mesma época que o Cordeiro.

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Eu não tenho essa informação. Sandra, você tem alguma informação a respeito da licitação?

Cons. Sandra: Sandra de DAF. Especificamente do Parque Cordeiro, eu não sei agora. Vocês sabem qual o grupo que está incluído? O que eu tenho é assim... é a agenda que nós conseguimos marcar todas as licitações com relação à vigilância. Na realidade, eu precisaria de alguém de DEPAVE para saber em qual grupo que ele está incluído. Porque aí, nós já conseguimos marcar todas. E o que havia eram problemas administrativos, para marcar. Mas agora, estão todas marcadas. Agora eu só precisaria saber o... Se eu soubesse antecipadamente, que nem o caso da Sônia, eu teria visto o grupo, entendeu? Mas eu... Não, não. Eles estão em grupos. Por exemplo, o caso específico do Alfredo Volpi, da Sônia. Antigamente, ele era do grupo Leste. Houve um redimensionamento com os grupos novos. Hoje, ele vai participar da licitação. Ele faz parte do grupo Centro-Oeste. Então por exemplo, eu, especificamente, por serem 104 parques, eu não sei o Cordeiro, em qual grupo ele está



hoje em dia, enquadrado. O que eu posso falar é que nós temos a agenda, com todas as licitações marcadas.

Cons. Cristina Antunes: Desculpe. Você está dizendo que as licitações estão marcadas. Em outubro. Depois de dezenas de questionamentos, nos informaram que no começo de novembro ia sair o contrato. A gente ia começar a voltar a ter a vigilância no começo de novembro. Agora você está dizendo que agora as licitações estão marcadas. (colocação fora do microfone)

Cons. Cristina Antunes: Certo. A gente fala já está, Sandra, é um pouco... É até ofensivo. Nós tivemos dezenas de informações que não se cumpriram. E, Secretário, eu quero registrar aqui, a perplexidade em nome do Conselho Gestor do Parque do Cordeiro, porque nós estamos sendo empurrados com a barriga. Sei que houve mudança de responsáveis, tudo isso. Mas isso daqui já criou uma situação absolutamente humilhante para a Secretaria. Sabe? No que a gente pode acreditar no que é dito para a gente? A coordenadora do Cordeiro, administradora do Cordeiro, confirmou para mim quando eu tive essa informação. Falou assim: foi a mesma que me deram. Começo de novembro já vai estar resolvida a licitação. Agora você está dizendo que estão abertas as licitações? Já era para estar resolvido e tinha que ter aberto o parque. O parque está fechado desde maio. Eu não sei mais o que a gente precisa fazer, entendeu? Agora, você não está nem sabendo onde é que o Cordeiro está. Não, eu sei. Não estou te recriminando não, Sandra. Você pegou o bonde andando. E mudaram toda a estrutura dos agrupamentos dos parques. Antes era Grupo Cordeiro. Eram cinco parques no grupo Cordeiro. Agora a gente está sendo empurrado... Literalmente empurrado com a barriga. Agora entra dezembro. Dezembro não acontece nada em lugar nenhum. Aí janeiro, tem carnaval, aí tem não sei o quê, nós vamos ficar um ano com o parque fechado, porque não tem licitação. Mas tem agora, aqui na nossa pauta, para aprovar para o Parque do Jóquei, que tem dois meses que teve toda essa negociação.

Cons. Sônia: Eu quero reiterar essa questão aí, da contratação da vigilância. Eu sei que eu até percebi um esforço especial da Secretaria nesse sentido, nesse último mês. Mas realmente, a gente aprovou aqui no FEMA, verbas para os projetos de vigilância, desde abril. Depois a gente aprovou... do Centro-Oeste, especificamente, a gente aprovou em abril, uma verba grande, de 8 milhões, e depois uma complementação da verba, em setembro. E as contratações não foram feitas. Então realmente é uma situação que precisa ser esclarecida, e eu já pedi aqui, uma apresentação sobre esses contratos de manejo e vigilância, que estão utilizando de recursos do FEMA. Enfim, reitero aqui, a minha solicitação.

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Ricardo, Secretário Adjunto. Conselheira Cristina, só para lembrar, talvez você não esteja se lembrando da nossa última reunião. Eu coloquei que três diretores foram demitidos em outubro. Então para mim, essa discussão está superada. Eu não sei porque você está voltando, agora. Houve erros dos diretores, e foram demitidos. É simples assim. Não tem mais o que falar. Se houve erro, eles pagaram pelos erros que eles cometeram. Não dá para rebobinar a fita e voltar para abril. Desculpa. Não dá. Eles cometeram erros. Especificamente o diretor do DEPAVE errou em gênero, número e grau, e módulo, direção e sentido. E foi demitido.

Cons. Cristina Antunes: Então, Ricardo, eu vou pedir, formalmente, uma informação concreta, consistente, que eu possa passar para os moradores. Mas que seja cumprida. Agora eu sei que de repente, você pode conseguir essa informação para mim, saber: está bom. Qual é a data que a gente pode esperar que o setor oeste do parque seja reaberto. É uma área pública que está fechada. Eu concordo plenamente com você, Ricardo. Não estou diminuindo o esforço de vocês no sentido de regularizar essa situação. Só que em outubro, depois que eles foram demitidos, a gente teve essa informação. Que estava tudo pronto, e que em começo de novembro ia ser resolvido.

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Então, quando nós verificamos, a gente acreditou que esse ponto estava resolvido. Também não estava. Então por isso que foram demitidos.



A gente não dá para trabalhar, Cristina, sem a colocação do erro. Infelizmente ele existe. E quando se encontra o erro, a pior coisa que a gente pode fazer é não trabalhar com o erro. Nós trabalhamos com o erro. Detectamos o erro, punimos os responsáveis, agora é página virada. Qual a data que nós podemos dar? Nós também adorariamos ter aqui, uma certeza. De todas as datas, de todas as licitações que a prefeitura faz. Não é possível. Então quando nós colocamos uma data, e aí talvez nós tenhamos que mudar um pouco as nossas palavras, é nós estimamos. Nós prevemos. Nós planejamos. Nós aguardamos para tal data. Nós não conseguimos, infelizmente, dar datas precisas. Por quê? O procedimento licitatório, ele tem uma parte interna, que o processo tramita por vários órgãos da Secretaria, e depois, quando ele é publicado, ele assume, obviamente, uma conotação pública. E aí entra em jogo quem? As empresas, e o judiciário. Então nós não podemos prever. Vem uma liminar, vem um recurso. Não é previsível. Então eu entendo a sua angústia. Representa a população. E o que nós podemos dar são datas estimadas. São previsões. Então se, por exemplo, a data do edital está prevista, a publicação, ou ele já foi publicado, nós podemos falar. Agora, mesmo o edital já publicado, ele pode ser impugnado. A lei prevê isso. Então não é culpa da prefeitura ou especificamente da Secretaria, errar nas datas. Não há erro nas datas. O que há são estimativas. Isso precisa ficar muito claro. Então eu peço até aos representantes nossos aqui, que, doravante, usem sempre as datas como planejado, estimado e previsto. Porque certeza não é possível.

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheira Sandra?

Cons. Sandra: Sandra, de DAF. Aproveitando o gancho, estimado ou datas, eu até tirei xerox, elas não estão com datas marcadas. Elas estão... Porque houve recursos, existem prazos legais, então... e cada grupo, ele está em uma fase. Uma análise de proposta, outra reabertura de lance, outra houve recurso de empresa, outras houve impugnações. Com relação ao Parque Cordeiro, eu falei com a Adriana Jadão. Ele faz... atualmente ele faz parte do grupo Orla Sul do Guarapiranga. Já teve o pregão. Por isso que não está com data marcada essa semana, e quem ganhou foi a Atento. Essa é a informação que eu tenho para passar.

Cons. Cristina Antunes: Está ótimo. Ganhou, agora pode entrar uma fase de questionamentos, é isto? Mas eu posso informar que houve o pregão, e já tem um vencedor. Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, esclarecidas as dúvidas, a gente pode dar continuidade para a pauta. Atendendo à solicitação da Conselheira Cristina, haverá uma inversão de pauta. Então a gente vai começar pelo item 5 da pauta, que é apreciação e deliberação sobre nova contratação de segurança e vigilância desarmada para o grupo Chácara do Jockey. Processo 2014.0.316.631-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor total da contratação, R\$ 4.338.587,53, sendo R\$ 361.548,96 para o exercício de 2014, e o restante para 2015. Análise da proposta: trata a presente proposta de solicitação de recursos do FEMA para contratação de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o grupo Chácara do Jockey pelo período de 12 meses, conforme termo de referência encartado no presente processo, de folhas 13 a 24. Análise econômico e orçamentária: em folhas 27 a 37, foi juntada a pesquisa mercadológica, resultando no valor médio de R\$ 4.338.587,53, necessários para a contratação pelo período de 12 meses. DAF G juntou, sob folhas número 61, o demonstrativo do saldo disponível por órgão/unidade, onde informa o saldo da dotação, de R\$ 611.822,43. Enquadramento nas diretrizes: eu vou ler a primeira, e o restante se repete. Em folhas 62 a 67, consta o relatório de manifestação da Procuradoria Geral do Município, favorável à utilização de recursos do FEMA, para contratação de serviços de segurança e vigilância desarmada nos parques públicos integrante do sistema de áreas verdes do município. Assim, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e que determina, explicitamente, que os



recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar, entre outros, o controle, a fiscalização e a defesa do meio ambiente. O CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da lei 14887, e artigo 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153 de 28/2/2011, estabeleceu entre as diretrizes para utilização de recursos do FEMA, por meio da resolução 165/CADES/2014, a proteção à biodiversidade, fauna e flora, áreas verdes, e parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 4.338.587,53 sendo R\$ 361.548,96 para o presente exercício, e o restante para 2015, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que esse orçamento ocorra, preferencialmente, pelo orçamento da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice quanto à utilização de recursos do FEMA para a contratação. São Paulo, 19 de novembro, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Conselheira Cristina?

Cons. Cristina Antunes: Esse valor já é para contratação? Quer dizer, isso aqui já está resolvido?

Cons. Sandra: Sandra, de DAF. Esse é um valor estimado caso o contrato fosse feito, teoricamente, de agora em diante. A reserva, mesmo não fazendo parte da despesa orçamentária, porque é um ato puramente administrativo, faz-se necessário que conste isso no processo. Por isso que muitas vezes, nós pedimos esses valores, mas pela não-ocorrência da licitação, pela não-ocorrência de imediato, esse valor vai ficando liberado, entendeu? Então, na realidade, é simplesmente um procedimento formal, para que possa ir para licitação.

Cons. Cristina Antunes: Essa licitação está incluída aí já, nessa apresentação que você fez? Está prevista a licitação?

Cons. Sandra: Sandra, de DAF. Não. Não está prevista, porque nós não podemos marcar antes que conste a reserva e autorização. Por isso que às vezes, nós, aqui, deliberamos 4 milhões, aí vai para todos os procedimentos administrativos, e de mês a mês, ele vai sendo retirado só do que ele não vai ser utilizado. Então ele não está marcado, que seria uma inversão de fases, e não pode ocorrer isso. Está bom?

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então vamos à votação. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então está aprovado 5 votos a favor e o voto contrário da Conselheira Cristina. Próximo ponto de pauta é o Pinheirinho. Aqui tem uma retificação que é assim, está como apreciação e deliberação para atender a pagamentos e medições não liquidadas. Na verdade, não é isso. É prorrogação contratual de serviços de manutenção e manejo do grupo Pinheirinho. Então nesse caso, não houve medições não-liquidadas. Só para esclarecer, foi um erro na pauta. Então o item é prorrogação contratual de serviços de manutenção e manejo do Grupo Pinheirinho d'Água. O processo é o 2012.0.330.054-5. Proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor, R\$1 68.688,12. Trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques do grupo Pinheirinho d'Água, composto pelos parques Pinheirinho d'Água, Parque Linear do Fogo, Parque Senhor do Vale, e Parque Jacinto Alberto, cujo objeto inclui serviços de manejo de vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas, de folhas 22 a 38. Em folhas 894, foi juntada a solicitação de DAF G para a utilização de recursos do FEMA para custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de



áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G com relação à necessidade da deliberação do Confema para utilização de recursos do FEMA no montante de R\$ 168.688,12 referente à prorrogação contratual por mais 30 dias, a partir de 16/12/2014. DAF G informa, em folhas 894, que há saldo orçamentário na dotação 9410, no valor de R\$ 611.822,43, na dotação operação, manutenção e conservação de parques. Com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntada sob folhas 612 a 619, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação operação, manutenção e conservação de parques. O enquadramento se repete. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 168.688,12, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 19 de novembro de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos cinco votos favoráveis e um voto contrário da Conselheira Cristina. Próximo ponto de pauta é o item 7, seguindo aqui, a inversão de pauta, que também saiu como regularização de prorrogação, e na verdade é prorrogação contratual de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera. Processo é o 2010.0.328.921-5. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 1.918.374,46, sendo R\$ 426.305,42 para o exercício de 2014, sendo R\$ 369.255,46 para o principal, e R\$ 57.049,96 para o reajuste. E R\$ 1.492.069,04 para 2015, sendo R\$ 1.292.394,14 para o principal, e R\$ 199.674,90 para o reajuste de 2015. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação de contrato de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o parque do Ibirapuera, registrado sob número 48/SVMA/2012, em folhas 221 a 236. Em folhas 566, foi juntada a solicitação de DAF G para apreciação do CONFEMA, para regularização da utilização de recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a prorrogação do contrato por mais 90 dias, a contar de 12/12/2014. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF G com relação à utilização de recursos do FEMA para custear a prorrogação da contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera. DAF solicita o valor de R\$ 1.918.374,46. R\$ 426.305,42 para o exercício de 2014, sendo R\$ 369.255,46 para o principal, e R\$ 57.059,96 para o reajuste. E R\$ 1.492.069,04 para 2015, sendo R\$ 1.292.394,14 para o principal, e R\$ 199.674,90 para reajuste de 2015. Informando que há saldo na dotação, no montante de R\$ 993.477,10. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta, cujo valor é de R\$ 1.918.374,46. R\$ 426.305,42 para o exercício de 2014, sendo R\$ 369.255,46 para o principal, e R\$ 57.049,96 para o reajuste. E R\$ 1.492.069,04 para 2015, sendo R\$ 1.292.394,14 para o principal, e R\$ 199.674,90 para reajuste de 2015. A CAV recomenda que por ocasião do orçamento de 2015, que seja utilizado preferencialmente, dotação orçamentária da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para a prorrogação contratual. São Paulo, 26 de novembro de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Conselheira Sônia.



Cons. Sônia: Eu só queria entender... Eu tenho certeza que a gente aprovou reserva de recursos para o contrato de segurança e vigilância do Parque do Ibirapuera, em um valor muito maior que esse, e por que está se pedindo aqui um recurso para prorrogação contratual?

Secretário Executivo Rubens Borges: É porque o prazo do contrato que foi aprovado termina agora, 12/12. Então o valor que foi aprovado, ele só pode ser aprovado até o término do contrato. Agora, como está em vias de terminar o contrato, e a empresa concordou com a prorrogação contratual, então está sendo solicitado o valor para prorrogação.

Cons. Sônia: Eu tenho certeza que nesse ano a gente aprovou reserva de recurso para segurança e vigilância do Ibirapuera, pelo menos por 12 meses.

Guilherme: Sim. Bom dia. Guilherme, do DEPAVE G. Aprovou para nova contratação de vigilância para o Parque Ibirapuera, porque a empresa contratada, ela falou que vai ser a última prorrogação que ela vai aceitar para prorrogar. Então vão ser os últimos três meses do contrato com essa empresa. Então por isso a gente autuou, na época, um processo. Quando ela falou não... Na verdade, ela falou não. Vou te dar mais 3 meses a partir daquela data, e acabou. O contrato não está economicamente vantajoso para a gente, então vai acabar. Então aí a gente autuou um processo, e aí, os trâmites normais, passar para reserva de recursos, e etc., e foi para isso que esse dinheiro foi aprovado, que você está falando. Então a ordem de início, provavelmente, será 3 meses após (incompreensível).

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos cinco votos a favor e o voto contrário da Conselheira Cristina. Então agora, seguindo a ordem natural da pauta, a gente volta para o item 1 da pauta, que é apreciação e deliberação sobre nova contratação de manejo e conservação dos parques do Grupo de Sítio Morrinhos. Processo é o 2014.0.310.496-0. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 1.605.655,76, sendo R\$ 66.902,32 para o presente exercício, e o restante para 2015. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação pelo período de 12 meses do serviço de manejo, manutenção e conservação de parques, que compõem o grupo Sítio Morrinhos cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, de folhas número 81, com relação à necessidade de realização de manutenção e preservação de áreas verdes do município. Destaque se dá ao fato mencionado de que não há recursos orçamentários disponíveis em dotação própria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para realização da proposta ora apresentada, folhas 80 e 81. Face ao exposto, DAF G solicita que seja aprovado o valor total dos recursos no montante de R\$ 1.605.655,76, sendo R\$ 66.902,32 para o presente exercício, e o restante para o exercício de 2015, e informa que há um saldo disponível na dotação no montante de R\$ 454.047,20, de acordo com folha 79 e 81. Sendo assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, sob folhas 82 a 87, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes para a nova contratação. O enquadramento se repete. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.605.655,76, sendo R\$ 66.902,32 para o presente exercício, e o restante para o exercício de 2015. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência, e sugere que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra, preferencialmente, por orçamento próprio da SVMA. São Paulo, 19 de



novembro de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação? Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então nós temos cinco votos favoráveis, um voto contrário da Conselheira Cristina. Proposta aprovada. O item 2 da pauta é apreciação e deliberação sobre nova contratação de serviços de manejo e conservação do Grupo Chácara do Jóquei. Processo 2014.0.310.474-0. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total da proposta, R\$ 2.972.416,08, sendo R\$ 123.850,67 para o presente exercício, e o restante para 2015. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação pelo período de 12 meses, de serviços de manejo, manutenção e conservação de parques que compõem o Grupo Chácara do Jóquei, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são partes integrantes das áreas verdes de proteção integral. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, de folhas 90, com relação à necessidade de realização da manutenção e preservação de áreas verdes do município. Destaque se dá ao fato mencionado de que não há recursos orçamentários disponíveis em dotação própria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para a realização da proposta ora apresentada, folhas 89 a 90. Face ao exposto, DAF G solicita que seja aprovado o valor total de recursos, no montante de R\$ 2.972.416,08, sendo R\$ 123.850,67 para o presente exercício e o restante para 2015. E informa que há um saldo disponível na dotação no montante de R\$ 454.947,20, de acordo com folhas 88 e 90. Sendo assim, com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, de folhas 91 a 96, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes para a nova contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 2.972.416,08, sendo R\$ 123.850,67 para o presente exercício e o restante para 2015. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência, e sugere que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra, preferencialmente, por orçamento próprio da SVMA. São Paulo, 19 de novembro de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Só para refrescar minha memória. Isso aqui é uma nova contratação? Quer dizer, já houve uma contratação? Ou é uma contratação nova?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Contratação nova.

Cons. Cristina Antunes: É a primeira contratação?

Secretário Executivo Rubens Borges: É a primeira contratação.

Cons. Cristina Antunes: Primeira contratação para o Parque Chácara do Jóquei?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos cinco votos a favor, e o voto contrário da Conselheira Cristina. O próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre nova contratação de serviços de manejo e conservação dos parques do Grupo Feitiço da Vila. Processo 2014...

Cons. Cristina Antunes: Dá licença. Eu vou ter que pedir desculpas, que eu vou ter que sair. Peço desculpas ao Secretário. No dia 18, eu não vou poder estar aqui, então só em alguma extraordinária.

Secretário Executivo Rubens Borges: 19 de dezembro. Pode ser que haja uma extraordinária e se houver, a gente faz a convocação anteriormente. Obrigada, Conselheira Cristina. Até logo. Então o processo é o 2014.0.310.495-2. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 2.042.220,12, sendo R\$ 85.092,51 para o presente exercício, e o restante para 2015. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação pelo período



de 12 meses, de serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques que compõem o Grupo Feitiço da Vila, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, folhas 80, com relação à necessidade de realização da manutenção e preservação de áreas verdes do município. Destaque se dá ao fato mencionado de que não há recursos orçamentários disponíveis em dotação própria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para realização da proposta ora apresentada, em folhas 84. Face ao exposto, DAF G solicita que seja aprovado o valor total dos recursos, no montante de R\$ 2.042.220,12, sendo R\$ 85.092,51 para o presente exercício, e o restante para 2015 e informa que há saldo disponível na dotação no montante de R\$ 454.047,20, de acordo com folhas 79 e 80. Sendo assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, sob folhas 85 a 90, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes, para nova contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 2.042.220,12, sendo R\$ 85.092,51 para o presente exercício e o restante para 2015. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência, e sugere que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra, preferencialmente, por orçamento próprio da SVMA. São Paulo, 19 de novembro de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então, a proposta está aprovada por unanimidade. E o último ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual de serviços de manejo de parques do grupo Toronto. Processo 2012.0.266.231-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 373.539,24, sendo R\$ 355.683,92 para o pagamento do principal, e R\$ 17.855,32 para o pagamento de reajuste. Trata a presente proposta de prorrogação por dois meses, serviços de manejo, manutenção e conservação de parques do grupo Toronto, composto pelos parques Cidade de Toronto, parque Rodrigo de Gásperi, Parque São Domingos, Parque Jardim Felicidade, Parque Vila dos Remédios, cujo objeto inclui serviços de manejo da vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 17 a 43. Em folhas 707 a 708 do processo consta o aditamento do contrato registrado sob número 21/SVMA/2013, com vencimento em 31/12/2014. Em folha 724 do processo, a contratada se manifesta favorável à prorrogação do contrato por mais dois meses, mantendo-se as condições e cláusulas contratuais. Em folha 741 foi juntada a solicitação do Departamento de Administração e Finanças, DAF, para apreciação a CAV, quanto à utilização de recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o custeio da prorrogação. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Análise econômica: em folhas 725 a 735 constam planilhas com análises econômicas que demonstram vantagens para a municipalidade, na prorrogação contratual, com atestado da Divisão Técnica de Gestão de Parques, DEPAVE 5, em folhas 735. Em folha 637, DAF junta demonstrativo de saldo disponível por órgão/unidade, que demonstra que há recursos congelados em dotação própria da SVMA, 2710, no montante de R\$26.632.100,00. Porém, o descongelamento depende do oferecimento de recursos ora inexistentes, conforme memorando 2, DAF G/2014, folhas 652. Em folha 653, foi juntada a solicitação de



providências para abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 56.978.698,96, na dotação orçamentária de operação, manutenção e conservação de parques. Tendo em vista que os recursos disponíveis para o orçamento de 2014 já foram consumidos com a aprovação de projetos diversos pelo CONFEMA. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntada sob folhas 638 a 648, e na perspectiva do atendimento do crédito adicional suplementar por SEMPLA, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 373.539,24, sendo R\$ 355.683,92 para o pagamento do principal, e R\$ 17.855,32 para o pagamento de reajuste, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da SVMMA, e que a emissão das notas de reserva e empenho fiquem condicionadas à utilização do crédito adicional suplementar. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 17 de novembro de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Podemos ir à votação? Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. Aí a gente encerra então. Faltou algum? Não? Então encerra a pauta.

Cons. Sônia: Eu posso pedir um esclarecimento rápido com relação a um informe aqui que a Sandra trouxe? Esse empenhado da primeira folha não bate com o empenhado da segunda, e o pago também não.

Cons. Sandra: Na realidade, é assim: nós tínhamos preparado o financeiro, que é a primeira folha. E a segunda e a terceira são os orçamentários. Por isso que não vão bater. É a nível de passar informações para vocês, mesmo. Está bom? Não. E a primeira é o financeiro, depois o orçamentário. Mas como se deram por satisfeitos... Mas a informação está sendo passada. E atualizada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então, não havendo mais pontos de pauta, eu passo a palavra para o Secretário, para o encerramento da reunião.

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Agradeço a presença de todas, de todos. Nós estamos estudando agora, a pauta da nossa última... Só um minutinho. Tem mais alguma dúvida, gente? A administração... A contabilidade pública é um pouco complexa, não é, Sandra? Um pouco. E vamos fazer aqui, Rubens e demais representantes, uma pauta especial, encerrando o ano. E elencando, eu gostaria, já comecei a discutir isso com o Secretário Vanderlei, se nós já poderíamos incluir alguns temas relevantes para discussão em 2015. Então fica a proposta para as Conselheiras e os Conselheiros. Se vocês todos quiserem, todos e todas quiserem fazer sugestões. Porque aí, nós já teremos um plano de voo para 2015. Talvez fique mais fácil de atravessarmos o ano que vem. Muito obrigado. Bom dia de trabalho. Bom final de semana.

RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA



Conselheiros Presentes:

Alessandro Luiz Oliveira Azzoni
Humberto Massahiro Hideshima
Maria Cristina Almeida Antunes
Pedro de Lima Marin
Sandra Glória Teixeira
Sonia Império Hamburguer
Vinicius dos Santos Pereira Reis